



UNIDADE DE
ACOLHIMENTO FRANCISCO
ERASMO DE LIMA

LUANA F. PINHO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVO.....	2
3. JUSTIFICATIVA.....	4
3.1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	4
3.2 INCLUSÃO DO ANIMAL NA UNIDADE DE ACOLHIMENTO.....	12
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
3.4 RESTAURANTE DE INTERESSE SOCIAL.....	16
4. PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
4.1 POBREZA INSIGNIFICANTE AOS OLHOS DO PODER.....	19
4.2 IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO.....	25
4.3 RETROFIT.....	30
5. LOCALIZAÇÃO.....	34
6. ESTUDO PRELIMINAR.....	37
6.1 REFERÊNCIAS.....	37
6.2 CONCEITUAÇÃO.....	38
6.3 ORGANOGRAMA.....	39
6.4 TERRENO ESTUDO.....	41
7. IMPLANTAÇÃO.....	43
8. SETORIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E VISTAS.....	45
8.1 RESTAURANTE.....	45
8.2 BLOCO MORADIA.....	46
8.3 BLOCO MULTIASSISTENCIAL.....	48
9. RENDERIZAÇÃO.....	51
10. BIBLIOGRAFIA	58

AGRADECIMENTOS

Quem diria que esse dia tão tão distante chegaria e eu estaria aqui agradecendo as pessoas por TER ME FORMADO EM ARQUITETURA E URBANISMO. SURREAL!

Gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças pra quentar esse curso que exige o extremo do aluno, agradecer a minha mãe porque sem ela esse sonho não teria se realizado; agradecer ao Marcos Henrique por ser tão paciente em me acalmar (atividade de alta complexidade kkk) e me aturar nos meus momentos de surto; agradecer aos meus amigos de curso que sem eles essa trajetória seria impossível, em especial a Nathalia Rodrigues por me segurar nos ombros e me levantar quando eu já não aguentava mais; agradecer a minha querida orientadora, Rachel Maciel que será eternamente lembrada de forma carinhosa, acolhedora e indispensável para minha graduação; agradecer aos meus professores por terem se dedicado a me passar informação e não menos importante ao meu pai, que hoje já não se faz presente, mas tenho certeza que ele estaria muito orgulhoso da mulher que a Pituquinha dele se tornou.

UNIGRANRIO

Luana Fernandes Pinho

UNIDADE DE ACOLHIMENTO FRANCISCO ERASMO DE LIMA

Banca examinadora:

Rachel Maciel (Orientadora)

Filipe Marino (Professor da instituição)

Vinícius C. Machado (Convidado)

18-12-2019

UNIVERSIDADE UNIGRANRIO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

UNIDADE DE ACOLHIMENTO FRANCISCO ERASMO DE LIMA

POR:
LUANA FERNANDES PINHO

ORIENTADORA:
RACHEL MACIEL

DEDICO AOS MEUS PAIS.



INTRODUÇÃO
OBJETIVO
JUSTIFICATIVA



INTRODUÇÃO OBJETIVO JUSTIFICATIVA

Motivação

A entrega em trabalhos voluntários sempre foi presente em minha vida, porém, meus meios de ajudar eram momentâneas.

A cena de uma mãe sentada chorando em uma praça vendo seus filhos brincando em uma bola improvisada, rindo, felizes me fez fixar a atenção em sua mãe e na tristeza que seus olhos transmitiam, em talvez ver poucos momentos de felicidade? Em saber que o futuro deles não será o desejado se nada for modificado? Em ver a inocência Nunca terei a resposta, mas aqueles olhos abriram os meus! Quando criança eu brincava e dava comida, hoje eu posso fazer mais, hoje posso ajudar de forma duradoura.

Meta

Projetar uma Unidade de Acolhimento que funcionará além de moradia e atenderá pessoas em situação de rua e socioeconomicamente fragilizadas.

A Unidade será inserida em um terreno com duas edificações ociosas localizado na Avenida Brasil, no bairro Caju, município do Rio de Janeiro, próxima a seis comunidades (Complexo da Maré, Vila do João, Parque Arará, Manguinhos, Jacaré, Jacarezinho).

INTRODUÇÃO

OBJETIVO

JUSTIFICATIVA

Implantar uma Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua e socioeconomicamente fragilizadas no município do Rio de Janeiro

Objetivo específico

▶ Projetar uma Unidade de Acolhimento de forma acolhedora, com o objetivo de acolher a população em situação de rua juntamente com seus animais de estimação;

▶ Disponibilizar atendimentos e cuidados a animais com preço popular ou gratuito;

▶ Desenvolver a alfabetização e capacitação profissional dessa público, conduzindo-as a geração de renda;

▶ Proporcionar alimentação adequada com preço acessível à população de baixa renda e/ou situação de rua;

▶ Ofertar atendimento de fisioterapia e psicologia para pessoas de baixa renda e/ou em situação de rua;

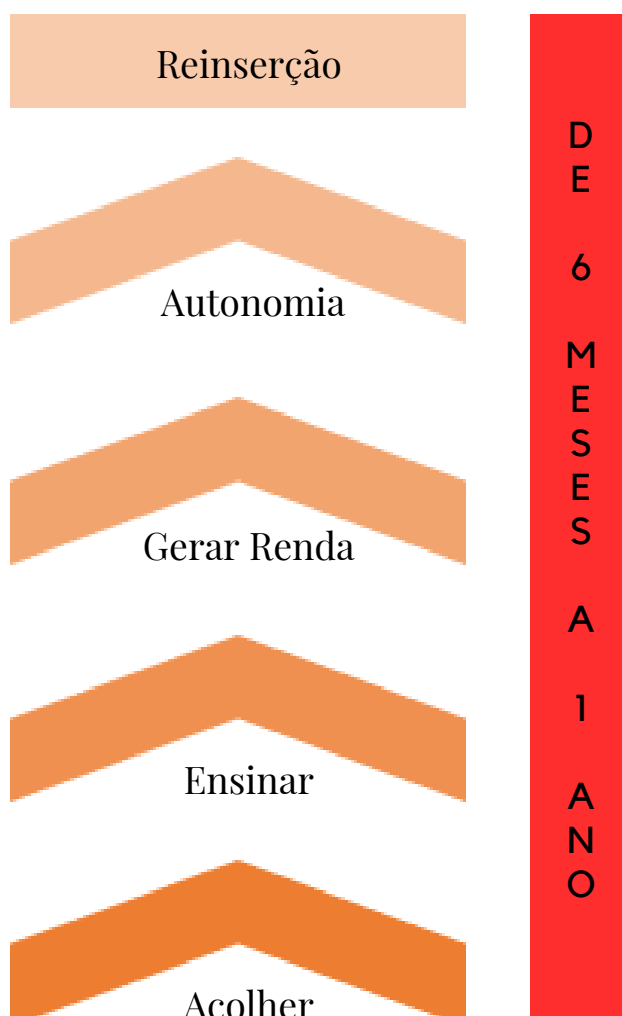
▶ Retrofit de duas edificações situadas no terreno na avenida Brasil, número 1818, dando origem a Unidade de Acolhimento Francisco Ernesto de Lima.





▶ Projetar duas alas no setor de moradia, ambos com característica de moradia temporária, acolhendo e dando o devido suporte a pessoas que desejam passar apenas a noite quanto de pessoas que optaram por ficar por tempo mais longo, assim respeitando o artigo 5º, inciso XV da nossa constituição federal, garantindo a todos o direito de ir e vir.

A Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima tem como objetivo a reinserção do morador em situação de rua à sociedade, focando em cinco passos, que são eles, acolher, ensinar, capacidade de gerar renda, autonomia e reinserção, que devem ser alcançados em um prazo de até um ano.





INTRODUÇÃO OBJETIVO JUSTIFICATIVA

População em situação de rua

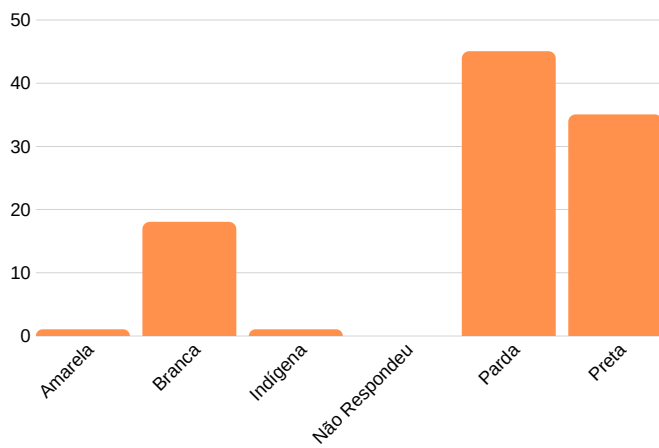
Partindo do princípio para entender melhor para quem está sendo feita a Unidade de Acolhimento, senti necessidade de ir atrás de informações básicas sobre moradores em situação de rua, tais como, o que significa morador de rua? Quais motivos os levam a essa situação? Quais são as necessidades deles? Como ganham o sustento na rua? Tem família?

Através de uma pesquisa elaborada e publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base em dados de 2015 constatou-se que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas morando nas ruas. Relatou que os grandes municípios, como por exemplo, municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Fortaleza abrigavam, naquele ano, a maior parte dessa população. Das 101.854 pessoas em situação de rua, 26,35% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes, 47,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas, já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%. Já trazendo pra área de estudo, a prefeitura do Rio de Janeiro fez um levantamento onde diz que a cidade tem cerca de 4.628 pessoas em situação de rua. A prefeitura do Rio de Janeiro levantou dados e disponibilizou um PDF do último estudo, Levantamento da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, 2018, Somos todos Cariocas, sobre o assunto pertinente, onde abordam com base de questionário ou observação que abrangeu pessoas que vivem unicamente em ruas, como em algum sistema de acolhimento. No quadro a seguir ilustra as pessoas que colaboraram para a pesquisa, de acordo com local de realização da entrevista ou observação.

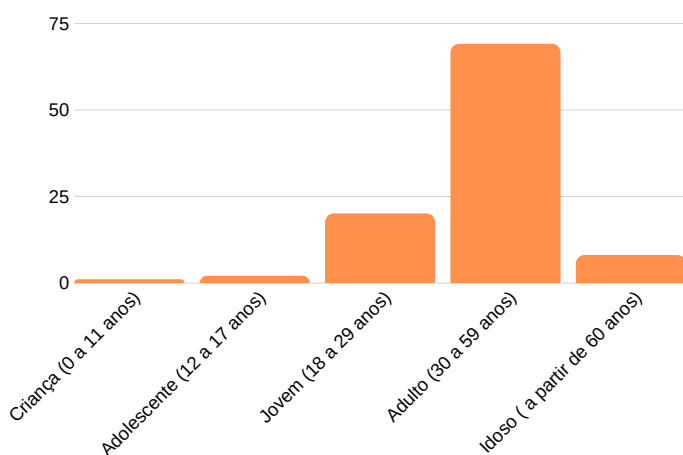
NÚMERO DE PESSOAS ENTREVISTADAS			
Local da Entrevista	Quest. Completo	Quest. de Observação	Total
Rua	1.777	1.938	3.715
Unid. de Acolhimento	902	11	913
Total	2.679	1.949	4.628

Aprofundando com base nesse dado acima, para conseguir chegar em um perfil foi levada em consideração a cor, sexo e idade.

Distribuição por cor



Distribuição por cor



Nota-se nos dados que se trata de um grupo predominantemente masculino (81%). Dois em cada três pessoas tem entre 30 e 59 anos. Prevalecendo pardos e negros (78%) com a seguintes números: 45% pardos e 33% negros.

Através de dados do levantamento da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, 2018 – Somos todos Cariocas, dando ênfase a população que dorme nas ruas, a maior parcela dos entrevistados (61%) é oriundo no município do Rio de Janeiro. A cidade, hoje, produz sua própria população em situação de rua, diferente do século passado, quando o ato da migração tinha como destinos principais as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde quando não atendidas as expectativas de trabalho, muitas vezes sendo a única opção morar nas ruas.

Dentre os principais motivos hoje que levam as pessoas à situação de rua, a família normalmente é relacionada à violência doméstica (com variedade de meios, seja violência psicológica, física, preconceitos...) em relação, principalmente, às mulheres, idosos, jovens e crianças de baixa renda aparecendo em destaque absoluto, com 40,41% das respostas. Em seguida, aparecem o uso descontrolado de álcool e drogas ilícitas (crack como a droga mais usada nas ruas) 26,56% e a falta de emprego para sustentar a família 16,04%.

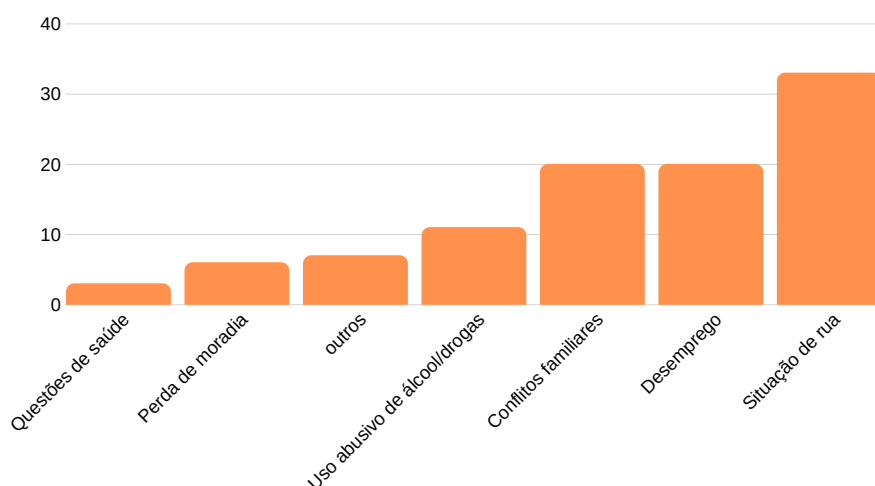




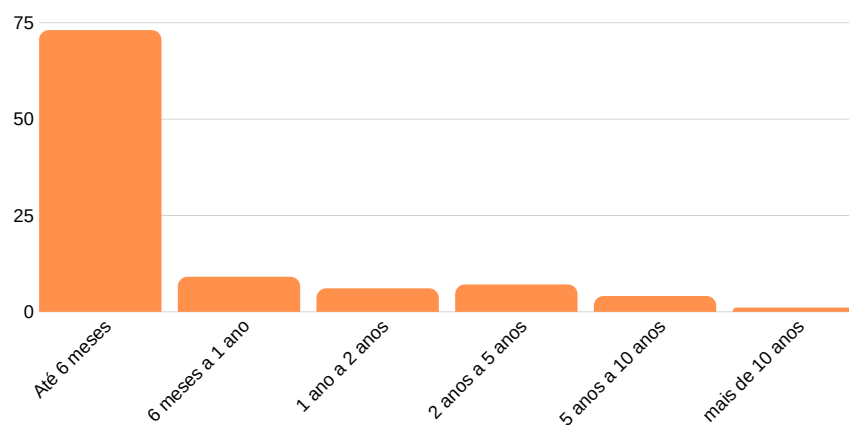
No momento do levantamento dos dados, os extremos se destacaram com 22% e 23% respectivamente com pessoas vivendo até 6 meses na rua e há mais de 10 anos.

Nessa etapa da pesquisa o público alvo eram as pessoas em situação de rua que procuraram e optaram por participar de algum sistema de acolhimento. É importante mencionar que as perguntas foram feitas no espaço do acolhimento, que entende do assunto, porém extrapola a condição de estar em situação de rua. O gráfico a seguir representa o tempo de permanência nas unidades de acolhimento, levando em consideração as diversas modalidades de atendimento de suporte e complementares na pesquisa, que preveem tanto o atendimento integral, que resguarda similaridades à estrutura domiciliar, como a permanência temporária.

Principais motivos que levam a morar na unidade de acolhimento (%)



Distribuição por tempo de acolhimento



Ainda com base no levantamento da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, 2018, Somos todos Cariocas, para a construção dos dados desse grupo, observaram características através da escolaridade e maneiras de conseguir renda, interessante entender as pessoas por trás do estereótipo do morador de rua, que para muitos são os preguiçosos, drogados que preferem pedir a trabalhar. Quando questionados sobre alfabetização, 86% disseram saber escrever e ler, na questão escolaridade, 61% pontuaram ter o ensino fundamental incompleto, 22% tiveram acesso ao ensino médio, e ênfase para os 3% que nunca frequentaram a escola.

A falta de escolaridade está diretamente relacionada a falta de oportunidade de emprego para pessoas que se encontram em situação de rua, por ter exigências de escolaridade mínima para certas funções e se unir a um pré-conceito já existente, além da escolaridade acabar gerando uma ampliação de compreender e conseguir através dos acessos formais se inserir a uma unidade de acolhimento e buscar seus direitos. Os resultados referentes aos acessos às políticas de saúde, sistema de garantia de direitos e assistência social confirmam tal característica a favor das pessoas que residem em acolhimentos, quando comparado com a situação dos que vivem nas ruas. A constatação depois dos levantamentos de dados das principais atividades exercidas, para ambos os grupos estudados, destaca o trabalho braçal, desenvolvendo funções como a coleta de materiais recicláveis e vendas (doces em sua maioria), também serviços gerais/limpeza e acompanhada de trabalhos na construção civil. Para o grupo rua, destacam-se, o “flanelinha” de veículos, e vendedor de doces. Por último, a opção pedinte é apontada com 1.4% dos entrevistados nas ruas. importante enfatizar que tal atividade não foi constatada na população que vive nas unidades de acolhimento. Abaixo tabela completa de atividade:





QUAL ATIVIDADE DE RENDA?			
Atividade	Rua	Unidade de Acolhimento	Total
Carregador/estivador	1,6%	0,8%	1,4%
Catador de material reciclável	26,8%	7,0%	20,4%
Construção civil	1,7%	2,7%	2,0%
Engraxate	0,5%	0,1%	0,4%
Guardador de carro/flanelinha	4,7%	1,2%	3,5%
Não respondeu	1,5%	0,6%	1,2%
Outro	8,0%	8,3%	8,1%
Pede dinheiro	1,4%	0,1%	1,0%
Serviços gerais/limpeza	1,7%	1,9%	1,8%
Vendas	11,5%	7,2%	10,1%

A pesquisa permitiu também identificar as pessoas que tiveram acesso aos programas governamentais, previdenciários e benefícios assistenciais, que são direcionadas para a população em extrema pobreza da cidade – que não engloba as pessoas não domiciliadas, assim nele encontrado um retrato evidente os problemas e ausências de garantias e direitos constitucionais básicos. Nesse quadro, constatou-se que 49% das pessoas vinculado às unidades de acolhimento relata ter acesso, a pelo menos, um benefício previdenciário ou socioassistencial. Esse desempenho demonstra um avanço significativo quando comparado com os dados da pesquisa nacional, que publicou que 88% não recebiam qualquer benefício dos órgãos governamentais (Revista Brasil, 2010). Contudo, deve ser pontuado que, no grupo entrevistado na rua, acontece de forma diferente, onde apenas 25,1% falaram ter acesso as garantias citadas a cima, acentuando

cada vez mais a importância de uma unidade de acolhimento na vida de uma pessoa que se encontra em situação de rua.

ACESSO A BENEFÍCIOS			
	Rua	Unidade de Acolhimento	Total
Aposentadoria	1,6%	1,6%	1,6%
Bolsa Família	19,7%	40,9%	26,8%
BPC (Benefício de Prestação Continuada – Para Idosos e Deficientes)	2,2%	5,2%	3,2%
Outro	1,1%	0,8%	1,0%
Pensão	0,5%	0,7%	0,5%

Através de vários dados e números foi notório que quando as pessoas estão dentro de uma unidade de acolhimento elas conseguem ter acesso a mais direitos, por muitas vezes por instrução dada dentro do próprio abrigo, desmistificando e indo além da questão de unicamente ser dormitório ou habitação temporária e uma refeição garantida.

Abaixo algumas tabelas mostrando o comparativo percentual sobre os acessos a rede de saúde e a redes socioassistenciais, entre pessoas que moram unicamente nas ruas e em unidades de acolhimento, mostrando mais uma vez a importância de uma unidade de acolhimento na vida de uma pessoa que vive nas ruas.

‘O levantamento buscou mapear o acesso às redes assistenciais das políticas de assistência social e saúde, tanto no reconhecimento das ofertas específicas traçadas para população em situação de rua – com destaque para o Serviço especializado em Abordagem Social, Serviço especializado para a População em Situação de rua e Consultório na rua; como no Serviço de Acolhimento institucional, em suas distintas modalidades e direcionamento por público alvo.’ 2018, Somos todos Cariocas.

ACESSO À REDE SOCIOASSISTENCIAL			
	Rua	Unidade de Acolhimento	Total
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS	13%	18%	15%
Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS	34%	15%	28%
Centro de Ref. Especializado para Pop. em Situação de Rua – Centro Pop	9%	14%	11%
Conselho Tutelar	1%	9%	4%
Unidade de Acolhimento	11%	51%	25%
Central de Recepção	4%	30%	13%
Hotel	3%	10%	6%
Não foi atendido por nenhuma instituição	35%	9%	27%
Defensoria Pública	2%	10%	5%
Outra	6%	3%	5%

ACESSO À REDE DE SAÚDE			
	Rua	Unidade de Acolhimento	Total
Hospital	10%	16%	12%
UPA	15%	18%	16%
Clinica da Família/Posto de Saúde	22%	49%	31%
Consultório na Rua	3%	22%	10%
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	1%	9%	4%
Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Drogas – CAPS AD	1%	5%	2%
Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPSI	0%	1%	0%
Outra	1%	4%	2%

É possível notar através desses dados a importância da existência de unidades de suporte a pessoas em situação de rua, pois as pessoas que são de alguma unidade de acolhimento conseguiram ter mais acesso as redes de saúde e redes socioassistenciais.

Já sabemos através de números e informações quem são as pessoas em situação de rua, quais motivos as levam a rua, idade, cor, gênero, com o que trabalham e todas essas informações citadas acima, mas venho com citações de pessoas e instituições para que tenhamos uma percepção de pontos de vista diferentes, ainda no assunto de “quem é o morador em situação de rua?”

“Ué, é a gente... gente pobre que não tem ‘donde’ morar e nem dinheiro ‘pá cumê’, aí a gente tem que pedir, as vezes vem gente de igreja trazer quentinha pra gente. Os políticos não pensa em nós, nós não vota.” Senhora Lurdes, morada em situação de rua, 34 anos (2019). Entrevista feita pela discente no dia de pascoa.



“É ser quem eu nunca quis ser!” Jonathan Matheus, morador em situação de rua, 19 anos (2019). Entrevista feita pela discente no dia de páscoa.

“Acho que foi uma atitude certíssima, mendigo não tem que votar. Mendigo não faz nada da vida, não tem que tomar atitude nenhuma, aliás, eu acho que deveria até virar comida de peixe! Porque fica a gente trabalhando igual maluco pra esses... eu não dou nada pra mendigo, não adianta nem pedir que eu não dou, se quiser vais trabalhar, todo mundo... eu preciso trabalhar. Por que mendigo precisa votar? Acho que não tem que votar mesmo não. Teve mudança muito importante? Teve. O voto da mulher, por exemplo, foi muito maravilhoso um negócio desse, a mulher tem que ter esse direito, agora o cara quer dar direito ao mendigo? Para com isso...” declaração dada na Câmara Municipal de Piraí, pelo vereador José Paulo Carvalho de Oliveira (PTdoB) (2013).

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente.” Ministério do Desenvolvimento Social-MDS (2005).





“De acordo com a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua é possível considerar que este grupo, mesmo na sua heterogeneidade, apresenta algumas características em comum, sendo definido como um grupo populacional heterogêneo que apresenta em comum a pobreza extrema, o rompimento de vínculos familiares, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções advindas deste vínculo, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço social de moradia e sustento.”. Revista Brasil (2008).

“Todo indivíduo tem o direito a um padrão de vida adequado e assegure a si, assim como a sua família, saúde e bem-estar, em especial alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários.”
Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com base nesses estudos e citações é possível projetar de forma mais assertiva, existindo também a desconstrução do senso comum sobre a população em situação de rua e de certa forma me aproximou mais do assunto e das pessoas que necessitam de uma unidade de acolhimento.

INTRODUÇÃO

OBJETIVO

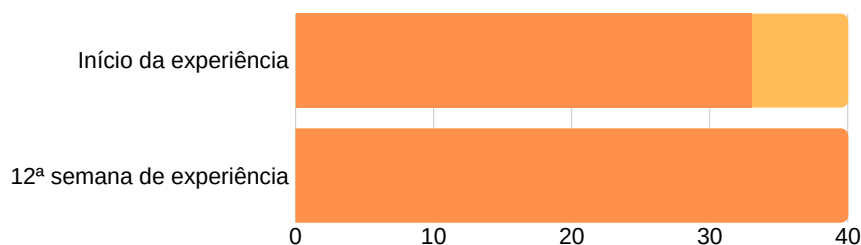
JUSTIFICATIVA

Inclusão do animal na Unidade de acolhimento

Um cuidado com o projeto será em questão ao cuidado e respeito a importância dada a vida do animal de estimação na vida no morador em situação de rua, por saber através de estudo que a vida nas ruas na cidade do Rio de Janeiro pode ser uma experiência extremamente solitária (67% dos entrevistados disseram que se sentem solitários nas ruas) – 2018, Somos todos Cariocas. Podendo se agravar e muitas situações ao quadro de depressão.

Através estudo realizado por psiquiatras da Clínica Médico-Psiquiátrica da Ordem, em Porto (Portugal), adotar um animal de estimação faz amenizar as dores do adotante/paciente com tipos perniciosos de depressão, que é quando não respondem ao tratamento médico convencional. Conforme descrito no periódico científico Journal of Psychiatric Research, trinta e três pacientes diagnosticados com distúrbio depressivo maior (DDM) experimentaram melhora significativa em seus quadros nutrindo contato com pets.

Distribuição por tempo de acolhimento



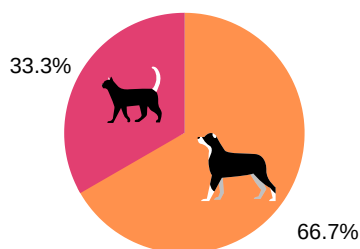
Desse montante, mais de um terço já não tinha mais sintomas suficientes para ser enquadrado com a doença após doze semanas. Por outro lado, outros trinta e três pacientes do estudo que não adotaram animais não mostraram ter nenhuma melhora significativa em seus sintomas depressivos.





Não pensando unicamente na questão dos benefícios que o animal de estimação trás pra vida do ser humano com o auxílio ao tratamento de depressão, ansiedade e estresse e diversas outras doenças/distúrbios, venho pontuar também como de suma importância para a inclusão de uma ala direcionada aos cuidados do animal de estimação tanto da população em situação de rua, quanto a população que buscar a unidade em busca de suporte, questão da castração, pois a castração está relacionada diretamente ao controle de natalidade animal, onde, uma única cadela, com vida reprodutiva de 6 anos, pode gerar cerca de 100 filhotes; enquanto uma gata em apenas 2 anos pode deixar até 200 descendentes. Esses dados são da Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, em inglês), instituição com mais de 30 anos, com sede em Londres.

Segundo o Levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014, estima- se que existe no Brasil cerca de 30 milhões de animais abandonados, entre eles aproximadamente 2/3 são cães.



Uma questão importante e crucial para a questão de castração de animais, no Brasil, foi a publicação da Lei federal Nº 13.426/2017 no Diário Oficial da União em março de 2017. conforme a lei, o controle de natalidade deverá ser feito mediante esterilização permanente dos animais por cirurgia ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e o bem-estar dos mesmos. A lei também defende gerar campanhas educacionais pelos meios de comunicações, que propiciem a absorção do público de cuidados legais sobre a posse responsável de animais de estimação.

Diante dessas informações pela qual é alarmante a grande quantidade de animais abandonados e a capacidades de procriação que eles têm, acentua a importância da castração dos animais em nosso país e relevância da inclusão de uma ala direcionada aos cães na Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima.



INTRODUÇÃO OBJETIVO JUSTIFICATIVA

Políticas públicas direcionadas a população em situação de rua

Os programas sociais desenvolvidos nesse contexto trazem a marca ideológica do descarte social de uma população que é tratada como resto. São programas marcados pela institucionalização de práticas que visam à retirada dessas pessoas das ruas, oferecendo, entretanto, poucas possibilidades de uma reestruturação de suas vidas.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), foi instituída tem pouquíssimo tempo pelo Decreto nº 7.053, no dia 23 de dezembro de 2009 para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas pelos nove ministérios que o compõem.

A PNPR garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Para acolher a população de rua, a prefeitura do Rio de Janeiro conta com 29 abrigos próprios e 28 conveniados, em um total de 2.980 vagas, o que significa um pouco mais de 50% do que seria necessário, já que por dados liberados pela prefeitura do Rio de Janeiro com base de pesquisas do ano de 2018, o total de moradores em situação na cidade é de 4.628.



A Secretaria Municipal de Assistência Social, admitiu que a evasão é muito alta beirando os 90% de pessoas recolhidas voltam para as calçadas, bancos de praça e viadutos, etc. Para tentar evitar essa inconstância, a prefeitura queria e quer tornar as unidades mais atraentes que as ruas, fazendo verdadeiras barbaridades para conseguir chegar no objetivo. A Comlurb tem colocado com a ordem da prefeitura, nas áreas debaixo de viadutos, entulhos pontiagudos para que as áreas não sirvam mais como dormitório, além de implantação de bancos onde não há possibilidade de deitar.

Hoje as políticas públicas existentes que foram pensados diretamente e unicamente para pessoas em situação de rua se resume em abordagem social, que tem o intuito que resolver o problema imediato, levando as pessoas para unidades de acolhimento, Serviço de Acolhimento Institucional, que atende pessoas e famílias que se encontram em situação de rua, podendo ser direcionadas a outras unidades, como, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), existindo um centro totalmente especializado em população em situação de rua, que é mais uma das políticas públicas voltada para pessoas em situação de rua, que são os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro

POP), que tem o intuito de proporcionar vivências para o alcance da autonomia e estimular, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

Direcionando para questão de saúde assistencial, só existe uma política pública direcionada unicamente para pessoas em situação de rua, que é o Consultório na Rua que é uma proposta do Ministério da Saúde que tem como objetivo ampliar o acesso da população de em situação de rua e ofertar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde, por meio das equipes e serviços da atenção básica. As equipes podem ser compostas por enfermeiro; psicólogo; assistente social; terapeuta ocupacional; médico; agente social; técnico ou auxiliar de enfermagem e técnico em saúde bucal.

Quando o assunto é educação, o Ministério da Educação criou o Pronatec Pop Rua que tem como finalidade assegurar a oportunidade de qualificação profissional às pessoas em situação de rua identificadas pelos órgãos estaduais, distrital e municipais que desenvolvem políticas e ações destinadas a esse público, com objetivo a inserção no mercado de trabalho. Na teoria funciona, porém, na prática esse programa não atinge realmente as pessoas em situação de rua, onde, no Levantamento população de rua, 2018, Somos Todos Cariocas, feito pela prefeitura do Rio de Janeiro, nem 1% dos que fizeram parte do estudo tiveram acesso.

Sendo visível que as políticas públicas existentes não dão conta de suprir e de dar condições as pessoas em situação de rua superarem essa condição, partindo do pressuposto que a prefeitura sabe que a quantidade de vagas somando as de unidade de acolhimento com abrigos não é o suficiente

para nem 55% da população em situação de rua presentes na cidade e se acomodar, não criando novas vagas. É de suma relevância a criação de uma unidade de acolhimento que será voltada a atender pessoas em situação de rua, entendendo e suprimindo suas necessidades já que está em falta tal serviço.

INTRODUÇÃO

OBJETIVO

JUSTIFICATIVA

Restaurante de interesse social

Nos dias atuais, nossa rotina diária exige muito tempo da população, dessa forma, acaba havendo a alimentação de forma errônea, com alimentos industrializados mais fáceis de preparar e sem nutrientes que consigam suprir a nossa demanda energética e nutricional diária. O alto consumo de alimentos ricos em gordura em geral e alimentos industrializados ricos em açúcar e sódio e a diminuição no consumo de cereais, frutas, legumes e verduras favorecem o desenvolvimento da desnutrição, que pode provocar problemas no metabolismo, favorecendo o aparecimento de doenças cardiovasculares e hipertensão.

No Hospital das Clínicas de São Paulo, alguns estudos verificaram que 49% dos pacientes que estavam hospitalizados com sintomas de outras doenças foram diagnosticados como desnutridos. “É comum alguns pacientes internados com anemia, problemas de colesterol, entre outros sintomas, descobrirem que estão também desnutridos. Isso ocorre devido aos maus hábitos alimentares. A carência de vitaminas e nutrientes e o descuido com a nutrição, bem como a falta de exercícios físicos, favorecem o surgimento de doenças nutricionais que poderiam ser prevenidas com medidas simples de educação alimentar e com a



disponibilidade de mais informações sobre a alimentação e nutrição”, afirma o médico nutrólogo, membro da Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN), Dr. José Eduardo Dutra de Oliveira, relatou à Paula Louredo, bióloga representante do Brasil Escola.

Pesquisas feitas entre a população brasileira apontam que aproximadamente de 10% a 15% dos brasileiros apresentam desnutrição causada pela falta de acesso a alimentos em quantidade e qualidade apropriadas, e que, em média, 60% da população apresenta distúrbio nutricional alimentar por consumir alimentos pobres em nutrientes essenciais.

O estado do Rio de Janeiro chegou a contar com 18 restaurantes populares em funcionamento que auxiliavam nas políticas de desnutrição do estado. Atualmente, estão operando três restaurantes na cidade do Rio de Janeiro, um em Niterói e outro em Petrópolis, todos geridos pelas respectivas prefeituras municipais. As cinco unidades servem, de segunda a sexta, café da manhã e almoço a preços populares.

Todos os restaurantes populares seguem padrões estipulados por cada prefeitura, os da cidade do Rio de Janeiro servem café da manhã por R\$ 0,50 e almoço a R\$ 2,00. Existem hoje três unidades em funcionamento na cidade. Além do restaurante de Bangu, há os de Campo Grande e Bonsucesso, como mostra a imagem a cima. Desde as reaberturas, em junho de 2018, foram prestadas mais de 650 mil refeições, totalizando os três restaurantes. Por dia são 6,5 mil almoços e 1,5 mil cafés da manhã. Assim provando a importância desse programa através de números, disponibilizados pelo site da prefeitura do Rio de Janeiro.





Município	Nome	Bairro	Inauguração	Estado atual
Barra Mansa	Restaurante Cidadão Imã Ruth	Centro	31 de agosto de 2005	Fechado
Campos dos Goytacazes	Restaurante Popular Romilton Bárbara	Centro	16 de fevereiro de 2004	Fechado
Duque de Caxias	Restaurante Cidadão Dom Helder Câmara	Figueira	31 de dezembro de 2001	Fechado
Itaboraí	Restaurante Cidadão Governador Mário Covas	Centro	3 de abril de 2002	Fechado
Niterói	Restaurante Popular Escritor Jorge Amado	Centro	20 de fevereiro de 2002	Funcionando
Nova Iguaçu	Restaurante Cidadão Madre Tereza de Calcutá	Centro	3 de abril de 2002	Fechado
Petrópolis	Restaurante Popular Regina de Lourdes Vieira	Centro	8 de julho de 2008	Funcionando
Resende	Restaurante Cidadão Vereador Francisco Quirino	Jardim Tropical	25 de março de 2010	Fechado
Rio de Janeiro	Restaurante Popular Getúlio Vargas	Bangu	28 de dezembro de 2001	Funcionando
	Restaurante Popular João Goulart	Bonsucesso	15 de julho de 2007	Funcionando
	Restaurante Popular Maurício de Andrade	Campo Grande	17 de julho de 2007	Funcionando
	Restaurante Cidadão Betinho	Centro	10 de novembro de 2000	Fechado
	Restaurante Cidadão Cidade de Deus	Cidade de Deus	15 de agosto de 2011	Fechado
	Restaurante Cidadão Abelardo Chacinha Barbosa	Irajá	13 de março de 2009	Fechado
	Restaurante Popular Tia Vicentina	Madureira	22 de outubro de 2008	Em reforma
	Restaurante Popular Radialista Jorge Curi	Maracanã	4 de abril de 2002	Demolido
	Restaurante Cidadão Josué de Castro	Méier	21 de outubro de 2008	Fechado
Volta Redonda	Restaurante Cidadão Dolores de Paiva Matos da Silva	Alameda	19 de dezembro de 2009	Fechado

Quanto à equipe mínima do Restaurante Popular, considerando que a gestão é realizada pelo município ou estado, a composição da equipe é de responsabilidade unicamente deles. Ressalta-se que é obrigatória a presença de um nutricionista formada, conforme a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 380/2005.

A Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima contará com um restaurante social, assim proporcionando pelo menos duas refeições, justamente com a intenção de proporcionar alimentação balanceada com preço acessível para qualquer pessoa, sendo direcionado o foco para pessoas de baixa renda, os moradores da unidade de acolhi-

mento não serão cobrados pelas refeições. Esse restaurante seguirá padrões de restaurantes sociais já existentes.

Segundo definição da Food and Agriculture Organization (FAO)

“Fome é a manifestação mais extrema da pobreza e da privação humana”, é expressão da “violação do mais fundamental dos direitos humanos, o direito a uma alimentação suficiente.” 2003.



PROBLEMATIZAÇÃO



PROBLEMATIZAÇÃO

Pobreza insignificante aos olhos do Poder

Com base em autores e entrevista irei pontuar assuntos pertinentes passando desde a insignificância e direcionamento de culpa ao pobre, a unidades de acolhimento. Destacando jogadas e pensamentos onde o único prejudicado é quem já é o prejudicado desde o início.

Entrando no conceito de vulnerabilidade ajuda no entendimento da desigual presença e encarada com normalidade aos fatores de ameaça que são comumente mais direcionadas aos pobres. Um grupo vulnerável é aquele que, exposto a determinado fator de perigo, não pode antecipar, lidar, resistir e recuperar-se dos impactos disso, derivados na situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida.

Segundo Norma Valencio, em Sociologia do Desastre, é proposital que os governantes não invistam em questões básicas de urbanização para que assim a área não seja vista como boa para moradia, assim, nomeado como “área carente”, tirando sua responsabilidade de suprir as necessidades básicas da população ali presente e influenciando um pensamento coletivo da população. A “área carente” expõe formas de convivência e costumes afrontadores aos bons costumes.

“Área carente” foi uma nomeação elaborada pelos setores estabelecidos e perpetrada no imaginário social no cidadão comum para reportar, a um só tempo, uma condição territorial, socioeconômica e política de menor valia.” Sociologia do desastre, Norma Valencio (2009).

O termo “área de risco” impõe a ideia de um espaço deteriorado, com a população acomodada e insuficientemente capacitada para providenciar bens e suprimentos mínimos vitais e sociais e que existe uma dificuldade de diálogo entre os que ali residem com o Estado. Configuraram um senso comum de perigo imanente partindo das pessoas ali presentes e do lugar propriamente dito, aos quais o Estado deveria direcionar maior atenção das forças de segurança pública, beirando a forças ostensivas uma vez que ali estariam “os que ameaçam” a ordem idealizada da cidade.

Conforme Norma Valencio pontua em seu livro, a cidade aparentemente foi idealizada para ser encarada como o local dos vencedores, onde a presença das pessoas pobres e das “áreas carentes” ameaçam a normalidade da concepção do que a cidade deveria ser. Com a presença pertinente do pobre no lugar onde teoricamente não é de direito deles. Surgem novos mecanismos para a contestação dessas áreas, fortalecendo ainda mais as características pejorativas, transformando “área carente” em “área de risco”, essa expressão, garante a legitimidade do Estado no ato de se desfazer da área, assim eliminando a vizinhança indesejada.

O termo “área de risco” não vem unicamente com o sentido de área de perigo de vida causada por outras vidas, mas visando também componentes do ambiente natural a fim de problematizar o direito de morar no território. Seguindo essa linha de raciocínio, o discurso e a prática institucional do Sistema Nacional de Defesa Civil (SNDC) se volta para a priorização da elaboração de mapas de risco das cidades brasileiras, assim direcionando total responsabilidade aos pobres pelos danos ou destruições de suas moradias, por estarem residindo em área de risco e mesmo assim permanecendo nelas, especialmente em casos relacionados às chuvas, ocasionando desmoronamento das costeiras.



“A cartografização do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações. Ao simplificar a realidade socioespacial, suprime as correspondências de sentido entre o aqui e o lá e a tessitura associada da afluência e da miséria no território. Como toda a fala técnica, trata-se de uma linguagem silenciadora dos leigos, sobretudo os que transgridam a situação de classe. Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade.” Sociologia do desastre, Norma Valencio (2009).

Vivemos em uma sociedade onde a população pobre que não tem condição de acesso a terra legal, é largada, marginalizada e muitas vezes “incentivada” a se retirar das áreas de centros urbanos por atitudes de desamparo legal, partindo tais meios do Estado, jogando total responsabilidade pela falta de estrutura na população vulnerável que vive em “área de risco”, onde quando acontece um desastre os atingidos que não morreram,

porém, perderam suas casas são direcionados a unidades de acolhimento temporário ou aluguel social, que também é temporário.

Se analisar tal linha de raciocínio que fazem para tirar o pobre, morador de comunidade da área da elite, marginalizando a população e tentando empurrar o pobre para as áreas periféricas da cidade, isso não é basicamente nada o que fazem com as pessoas em situação de rua, onde seu “lar” incomoda muito mais do que a população do morro, o que ocasiona várias atitudes desumanas, com o mesmo intuito de afastar o pobre da área dos ricos.

Com base no texto Arquitetura da Violência, liderado pela arquiteta e urbanista Sonia Maria Toddei Ferraz e nos pensamentos de Neil Smith no livro Desenvolvimento Desigual, evidenciamos sobre o processo que levou à atual realidade da cidade do Rio de Janeiro, analisando as intervenções de segurança urbana e “incentivos” para pessoas em situação de rua procurem abrigos. Com o principal objeto de observação a arquitetura anti mendigo, assim como no texto citado.

“Trata-se de uma arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos / artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espacos das cidades e dos edifícios. Subtração ao direito coletivo à cidade, essa prática,



que se proliferou no mundo nos últimos anos, é um contundente exemplo das intervenções da limpeza urbana nas grandes e médias cidades globais...” Arquitetura da violência, Sonia Maria Toddei Ferraz (2015).



Minas Gerais

Fonte: www.tecnologiapersuasiva.com.br/



Rio de Janeiro

Fonte: www.socialistamorena.com.br



São Paulo

Fonte: www.rogeriocerqueiraleite.com.br/



Londres

Fonte: www.rogeriocerqueiraleite.com.br/





Para acolher a população em situação de rua, a prefeitura do Rio de Janeiro conta com 29 abrigos próprios e 28 conveniados, em um total de 2.980 vagas, o que significa um pouco mais de 50% do que seria necessário, mostrando ser insuficiente, já que por dados liberados pela própria prefeitura do Rio com base de pesquisas do ano de 2018, o total de moradores em situação de rua na cidade é de 4.628. A Secretaria Municipal de Assistência Social, admitiu que a evasão é muito alta beirando os 90% de pessoas recolhidas voltam para as calçadas, bancos de praça e viadutos. Para tentar evitar essa inconstância, a prefeitura queria e quer tornar as unidades mais atraentes que as ruas, fazendo verdadeiras barbaridades para conseguir chegar no objetivo. A Comlurb está colocando com a ordem da prefeitura, nas áreas debaixo de viadutos entulhos pontiagudos para que as áreas não sirvam mais como dormitório, além de implantação de bancos onde não há possibilidade de deitar, etc.

Com base no livro Sociologia do Desastre, de Norma Valencio os abrigos comumente se tornam uma área de confinamento, onde não permite possibilidades as pessoas que lá vivem para reencontrar meios, que acaba acarretando em frustração, indicando e pontuando a falta de confiança no trabalho coletivo entre o poder público com as questões habitacionais.

Nesse aspecto, as unidades de acolhimento temporário como são administradas hoje no Brasil, se caracterizam como uma junção de campo de refugiados e de campos de concentração, um lugar que, numa perspectiva higienista, é criado para confinar os fracassados/perdedores, ali privados do último vestígio de sua privacidade e dignidade como pessoa. Os abrigos já passam por abandono pelo ente público, tratando como um ato de favor, e as pessoas que já vivem lá desesperançadas ainda são tratadas de forma fria e bruta, o que faz a experiência que já não é agradável ficar ainda pior.

Por tais motivos a porcentagem de permanência nessas unidades são baixíssimas, acarretando em pessoas acabam optando em voltar para as ruas, as vezes aparentando ser uma situação menos desagradável, a partir disso, a busca por excelências como referência para o projeto da Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima só se intensifica e a busca por unidades que realmente fazem seu trabalho, aumenta.

Norma Valencio não generaliza quando cita tais características, ela pontua ser majoritária, a partir disso, a busca por um abrigo que cumpre sua função social começou, onde acabei encontrando a Unidade de Acolhimento Paciência (Abrigo Paciência). Com base na entrevista feita por Rafaela Santos, jornalista do jornal O Globo, na Unidade de Acolhimento Paciência, que, com

84 mil metros quadrados, conta com salas de aula, de informática, de jogos, biblioteca, enfermaria, refeitório, piscina e quadra poliesportiva. O diretor da unidade, Paulo Cesar Nascimento, acredita que, com a ampliação dos serviços que já são oferecidos, a rotatividade diminua ainda mais, “Muitos vêm aqui e depois voltam pra rua. Alguns deles retornam e ficam de vez. Com esses novos serviços queremos ampliar as possibilidades dessas pessoas.”

Nesse abrigo são atendidas 300 pessoas, que são oferecidos cursos de qualificação profissional, serviços de diversas secretarias e práticas de esportes. Quem chega no abrigo passa por uma triagem e, depois, é direcionado para um quarto, isso quando não existe dependência química, caso seja, é levado para um centro de reabilitação.

“Fui recolhido há dois meses e levado para a reabilitação. Agora, faço o tratamento aqui. Também ajudo na sala de informática porque era auxiliar técnico” Disse Marcos Roberto M. Santos, de 28 anos (na época da entrevista) e é um morador da unidade de Paciência, que procurou ajuda para se livrar da dependência química do crack. Ele relatou à Rafaela Santos, jornalista do jornal O Globo, que estava há três dias no Jacarezinho fazendo o consumo da droga, quando optou por

por aceitar a ajuda de um agente que estava fazendo o recolhimento no local. (2011)

Outro integrante do abrigo é o Marcelo Scarselli Santana, de 24 anos, morou na rua o período de aproximadamente um ano, onde o que ocasionou isso foi a vinda dele de Presidente Prudente, no Interior no estado de São Paulo, em busca de trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, mas não foi bem-sucedido. Sem dinheiro, trabalho e não sendo uma opção voltar para a casa dos pais, a rua foi sua única opção de moradia até que agentes da prefeitura conversarem e levassem para o abrigo. Já há oito meses no local, Marcelo compartilha dizendo que foi muito bem recepcionado e acolhido e as aulas de reforço escolar e informática foram o diferencial para que ele se mantivesse ali. Ele fica em alas especiais direcionadas para homossexuais e afirma que essa divisão é um ponto importante:

“Os homossexuais têm um espaço só pra eles, o que não existe em outros abrigos. Muitas das pessoas que vêm da rua não entendem a nossa opção sexual. Essa divisão não é preconceituosa, mas essencial para a nossa individualidade”. Relatou à Rafaela Santos, jornalista do jornal O Globo (2011).



O projeto da Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima será pensado de forma totalitária como acontece no Abrigo Paciência, onde existe uma preocupação tanto com o bem estar emocional quanto o bem estar físico, dando a possibilidade de lazer, estudo, trazendo a característica de lar para dentro da unidade, assim minimizando os conflitos e aflições que a população que já se encontra em situação de vulnerabilidade. Busco com o projeto da Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima proporcionar um lugar acolhedor com atividades (artesanais, didáticas, profissionais, lazer, etc.). Usar alas diferentes de acolhimento, levando em consideração a questão de tempo, onde será classificada como de moradia temporária e dormitório.



PROBLEMATIZAÇÃO

Importância da presença do animal de estimação.

A relação entre homem e animal foi baseada na necessidade de sobrevivência do ser humano em se alimentar, se aquecer e se proteger, o que não foge muito dos benefícios básicos que um cão trás na vida de uma pessoa em situação de rua hoje em dia. Na atualidade esse caráter utilitário deixou de ter predominante para a maioria das pessoas, onde o ser humano começou a se relacionar com os animais de estimação muito mais por uma necessidade emocional do que de proteção ou coisa do gênero. Já que o animal de estimação auxilia em várias doenças e distúrbios psicológicos.





“O relacionamento humano com animais domésticos é muito antigo, e as pessoas precisam dos animais em suas vidas. Até recentemente, a maioria dos especialistas acreditava que os seres humanos e os cães já viviam juntos, mas uma pesquisa mais recente do DNA dos cães provou que seres humanos e cachorros podem estar convivendo há mais de cem mil anos.” Johnson Grandin, em Na Língua dos Bichos, (2006).

“A melhora psicológica e emocional do convívio homem e animal de estimação, revelando que a maioria dos proprietários de cães e gatos afirmou que a qualidade de vida melhorou após a introdução dos animais de estimação, sendo observado também, uma diminuição das tensões entre os membros da família aumentando a compaixão inclusive no convívio social.” Barker, em Aspectos psicológicos na interação homem – animal de estimação, (1998).

No Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, a entrada de bichos de estimação é liberada desde o ano de 2009, desde que autorizado pelo médico responsável de cada paciente e o animal esteja livre de pragas, higienizado e com a carteirinha de vacinação em dia, assim descartando a possibilidade de transmitir alguma doença e o paciente não sofra de alergia ou medo.

“Na verdade, sempre existiu essa solicitação, que partia de pacientes e familiares. Como existia demanda e isso até encurta a permanência das pessoas no hospital, de acordo com diversos estudos, criamos esse fluxo e o transformamos em uma rotina, com procedimentos claramente definidos e institucionalizados”, explica Rita Grotto, gerente de atendimento ao cliente do hospital à jornalista Nathalie Ayres da revista Minha Vida.

O benefício terapêutico dos bichos já vem sendo observado há algum tempo. "Em 1955, no Brasil, a psiquiatra Nise da Silveira relatou os benefícios desta interação no convívio de seus pacientes esquizofrênicos com cães e gatos adotados pela instituição aonde trabalhava", relembra Cristiane Blanco, também psicóloga do Instituto Nacional de Ações e Terapia Assistida por Animais (INATAA).

Não há uma recomendação específica de quem pode ser ajudado pela pet terapia. "Qualquer paciente pode ser beneficiado, desde que não haja alguma contraindicação, como por exemplo, medo de animais, alergia ou problemas de respiração, entre outros", observa a psicóloga Fabiana Oliveira, do Instituto para Atividades, Terapias e Educação Assistida por Animais de Campinas (ATEAC).

Porém, alguns tipos de pacientes e alguns quadros clínicos têm um resultado já atestado. Tais como:

➤ Diversos problemas infantis podem ser melhorados com o convívio com animais. Um exemplo é a melhora do quadro de portadores de autismo. "Elas têm muita dificuldade no contato social e a simples presença de um animal treinado associada a atividades adequadas para eles auxiliam nesse desenvolvimento", relata Paula Lopes, neuropsicóloga da Associação Brasileira de Hipoterapia e Pet Terapia (Abrahipe) e do Centro de Reabilitação Gessy Evaristo de Souza relara ao jornalista da revista Gallileu.

➤ Estudos mostram que autistas apresentam diminuição nos comportamentos negativos, como agressividade, alienação, isolamento, entre outros com a presença de cães nas seções, por exemplo. Hiperativos também encontram benefícios com essa terapia. "O bicho pode deixar a criança mais calma, eu mesmo trabalho com uma que até diminuiu a dose do remédio",





conta José Luis Dorici, professor de educação física, adestrador de cães efundador e coordenador do Projeto Novo Guia, que trabalha com terapia assistida com animais (TAA) há 13 anos, relata em uma entrevista dada ao jornal digital OGlobo.

Existe um consenso entre os especialistas que estar com um animal de estimação aumenta a autoestima, senso de valor próprio, o estabelecimento de hábitos positivos e o interesse pelo outro. Tudo isso pode beneficiar pacientes depressivos, que apresentam problemas nessas áreas. "Estudos verificaram um aumento da produção e liberação da serotonina e dopamina, hormônios responsáveis pela sensação de prazer e alegria, após 15 a 20 minutos de interação com o cão", reitera a psicóloga Cristiane Blanco à jornalista Nathalie Ayres da revista Minha Vida.

É comprovado que o contato com os animais ajuda a liberar diversos hormônios do bem: endorfinas beta, prolactina e oxitocina. Eles todos atuam regulando as taxas de cortisol, hormônio relacionado ao estado de alerta, o que reduz o estresse. A psicóloga Laís Milani, do Instituto Nacional de Ações e Terapia Assistida por Animais (INATAA), relembra outros benefícios: "Estudos indicam que a interação homem-animal traz uma sensação de bem-estar e conforto, resultando na diminuição dos níveis de adrenalina, relacionado ao aumento da pressão arterial". Além disso, essa convivência libera outro hormônio, a acetilcolina, que está relacionada ao estado de tranquilidade, diminuição da pressão arterial, frequência cardíaca e respiratória, todos sintomas do estresse, relata à jornalista Nathalie Ayres da revista Minha Vida.



Visando os benefício que o animal de estimação trás aos seus tutores que a Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima contará com uma área destinada ao processo de cuidado com higienização e controle de pragas e descarte de doenças contagiosas, (além da de castração) para que o morador em situação de rua que estiver se inserindo na unidade possa ficar com o seu animal de estimação durante todo seu período de permanência justamente visando o bem estar tanto do animal quanto do seu dono. Entendendo e respeitando que esses animais de estimação podem ser o único membro da família/amigo dessas pessoas.



Fonte: www.catractalivre.com.br/



Fonte: www.obviousmag.org/



Fonte: www.catractalivre.com.br/



Fonte: www.catractalivre.com.br/

PROBLEMATIZAÇÃO

Retrofit

Será através de um processo de retrofit, onde haverá uma redefinição de função de um espaço residual que seria um edifício garagem, porém, sua conclusão de obra foi abandonada há mais de 38 anos por falta de verba, agora com o objetivo de ser transformando em uma unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua. O edifício garagem já está ficando em situação preocupante por questão de abandono e falta de manutenção.

Em um levantamento que começou em 2018 ainda inconcluso, a prefeitura já identificou cerca de 4400 prédios, casas e vilas, dentre elas 600 se encontram ociosas. Algumas sendo tombadas como patrimônio, onde foi notado que mais de 85% das edificações ociosas são privadas. Com a ideia de dar novas funções a essas edificações, urbanistas e arquitetos acreditam que conseguirão a solução através de algumas táticas, como o IPTU gradativo em determinados pontos da cidade. Mas existem também aquelas que defendam a redução ou isenção total de impostos para incentivar os proprietários a reformarem edificações, muitas vezes em ruínas.

A transformação de prédios vazios para habitação de interesse social está mencionada na publicação do Plano Nacional de Habitação desde 2009. Porém, o próprio Plano evidencia que a implantação efetiva é impraticável sem um grupamento de medidas estratégicas para a promoção de programas de produção habitacional e de regularização fundiária dos assentamentos urbanos de interesse social.

O arquiteto e urbanista Washington Fajardo, que foi presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, cita que a Constituição Federal, de 1988, determinou que a propriedade privada no Brasil precisa ter serventia. E o Estatuto da Cidade, 2001, criou métodos para que o preceito seja cumprido, sendo um deles a utilização compulsória. Com o Plano Diretor do município de 2011, foram estipuladas as regiões onde esse tipo de situação se inseriria.

“Os espaços residuais são os vazios, construções abandonadas, espaços públicos abandonados, vão entre as edificações, recortes, sobreposições, dobras e fissuras no território pelos sistemas de circulação,





pelo zoneamento e planejamento urbano, pelo crescimento explosivo, pela atuação da especulação imobiliária e pela constante valorização, desvalorização e revalorização da região urbana.” Diana Helene, defesa de tese de mestrado, 2009.

“A utilização compulsória é um estímulo para se recuperar áreas e destravar imóveis. É um mecanismo bom para o mercado imobiliário, para a política habitacional e para o patrimônio cultural. Não é um mecanismo fiscal, mas urbanístico, e também produz receita por causa da cobrança. Outra vantagem indireta é fazer com que a prefeitura passe a ter a documentação atualizada desses imóveis. Os ociosos são como pessoas sem documentos, que não têm certidão de nascimento, RG nem CPF. São imóveis indigentes, mortos-vivos” Argumenta Fajardo.

Se pararmos para analisar, desde sempre quem está no poder favorece os seus, garantindo sempre o melhor para as pessoas que eles (políticos) julgam ser melhores, evidenciando os benefícios que são feitos, logo, as melhorias e os focos de investimento, estruturação da cidade e desenvolvimento da mesma é direcionada pra elite, onde conseqüentemente encarece a terra, limitando as pessoas que terão acesso, fazendo que o pobre sempre vá se deslocando para mais longe das cidades e dos de classe mais elevada, ou se inserindo em comunidades, que também é estratégica ainda a existência delas, por questão de mão de obra mais barata e proximidade ao local de trabalho.

Se o questionamento sobre a viabilidade do projeto for mediante ao custo para a elaboração em um prédio já existente, com a utilização do processo de retrofit, devemos partir nossa linha de raciocínio de experiências de programas já existentes, como por exemplo, Minha Casa, Minha Vida, iniciativa do Governo Federal. Basicamente, um empreendimento surgido do zero, que necessita de instalação variadas, de equipamentos públicos, tais como, saneamento, pavimentação, drenagem, iluminação, etc, custam muito mais, se levarmos também em consideração do tempo, pois leva muito mais tempo para concluir uma obra de tal porte do zero, do que trabalhar com edificações já existentes em boas condições e sem uso.

Segundo informações obtidas do Ministério do Equipamento - Direção de Construção - Reabilitação de La vivienda, França, 1980, a redução do custo de operação da edificação, dependendo dos sistemas utilizados, pode chegar à 30% do valor total que chegaria se a edificação fosse totalmente construída.

Segundo Eduardo Croitor, existem vários fatores que justificam o uso do processo do retrofit, destacando-se:

- Aproveitamento da infraestrutura existente no entorno e da sua localização;
- Impacto na paisagem urbana;
- Preservação do patrimônio histórico e cultural;

- Déficit habitacional e a sustentabilidade ambiental;
- Mais econômica e eficiente do que a demolição seguida de uma reconstrução.

Retrofit é um termo técnico utilizado nas áreas de engenharia e arquitetura que significa atualização tecnológica, a fim de valorizar edifícios antigos prolongando sua vida útil, seu conforto e funcionalidade através da incorporação de avanços tecnológicos e da utilização de materiais de última geração. Segundo Ubiratan Leal o termo retrofit é motivo de discussão, em geral, a palavra designa intervenções realizadas no edifício com o objetivo de adequá-lo tecnologicamente, mas, na prática, pode significar uma simples reforma ou troca de um componente de um sistema. O retrofit não se limita a restauração de edifícios antigos de valor arquitetônico e tombados pelo patrimônio histórico, onde edifícios de pouco mais de 15 anos podem necessitar de alterações em seus sistemas. Para Caio Sergio Calfat Jacobo, diretor da CJ&N Real, em entrevista à Revista Infra de outubro de 2003, o retrofit: é a moderna face do antigo, o renascimento no lugar da destruição. Edifícios decadentes ganham fachadas renovadas e valorizadas, estabelecendo um diálogo com modernas instalações, comodidade e conforto tecnológico do século XXI, convivendo em harmonia





com fachadas bem trabalhadas, afrescos e detalhes de acabamento restaurados de séculos anteriores. A aparência pode não mudar, mas os valores certamente mudam, embora a edificação e todas as suas referências permaneçam preservadas. Diferente de uma reforma, modernizar uma edificação é inserir especificações tecnológicas sem precisar, necessariamente, substituir componentes da edificação.

Para Qualharini, retrofit como sendo o processo de interferir em uma benfeitoria, que foi executada em padrões inadequados às necessidades atuais. Assim, retrofit, em sua forma original, é qualquer tipo de reforma, a renovação completa de uma edificação, uma intervenção a um patrimônio, ou seja, colocar o velho em forma de novo preservando seus valores estéticos e históricos originais, além de trabalhar com o conceito de sustentabilidade, na medida em que busca preservar os elementos que caracterizam a edificação ao invés de simplesmente descartá-los.

Quando falamos em retrofit, estamos falando em uma reforma generalizada do partido arquitetônico, em outras palavras, pisos, iluminação, elevadores, fachadas, ar condicionado central, sistemas hidráulicos, segurança, automação predial, pavimentação, entre muitos outros tópicos, transformam-se em alvo deste processo. A idade do imóvel a ser reabilitado influi na complexidade dos trabalhos. Por exemplo, é muito mais fácil

fazer um retrofit em uma edificação com mais de 30 anos, do que nas mais recentes. Isto se deve aos padrões de arquitetura, naquela época, utilizavam-se pés direitos mais altos e vãos mais largos, que facilitam a utilização de recursos como pisos elevados, rodapés técnicos e forros. Hoje em dia, os novos padrões arquitetônicos, onde o espaço é excessivamente reduzido, dificulta qualquer previsão de intervenção futura.

Eduardo Croitor apresenta em, A gestão de projetos aplicada à reabilitação de edifícios, uma classificação de acordo com os trabalhos a serem desenvolvidos, e que é adotada pela maioria dos pesquisadores do assunto, o qual identificamos, a seguir:

Retrofit rápido: Engloba serviços de recuperação de instalações e revestimentos internos.

Retrofit médio: Além dos serviços de intervenção rápida, nesta categoria também entram as intervenções em fachadas e mudanças nos sistemas de instalações da edificação.

Retrofit profundo: Nesta categoria, além das atividades anteriores, estão as intervenções em que há mudanças de layout que engloba, desde a compartimentação até a própria estrutura dos telhados.

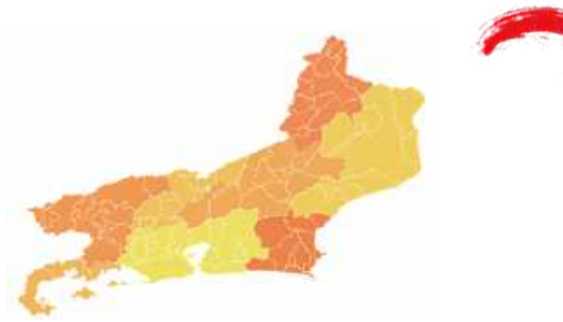
Retrofit excepcional: Esse tipo de intervenção ocorre, principalmente, em edificações históricas ou localizadas em áreas protegidas.



LOCALIZAÇÃO



LOCALIZAÇÃO



Mapa de usos, ocupações e vias





Legenda

- Terreno
- Favela
- Fiocruz
- Cemitério
- Estádio do Vasco
- Indústria/comércio

- Avenida Brasil
- Linha Vermelha



Imagens atuais das edificações presentes no terreno.



Imagens de acervo pessoal





ESTUDO PRELIMINAR



REFERÊNCIAS

Restaurante Fábrica/4 Lados.AU



A preservação do antigo com a inclusão do moderno. Assim, mantendo a identidade da edificação já existente.

*Rio Acolhedor Paciência/
Prefeitura do Rio*



O cuidado em transforma a Unidade de Acolhimento em algo além de um lugar só para dormir, se preocupando com o crescimento e autonomia do cidadão.

KLOEM Hostel/Integrated Field



Ambientes mais acolhedores e áreas de permanência mais chamativas.

SESC Pompeia/Lina Bo Bardi



Áreas internas e externas de permanência.

CONCEITUAÇÃO

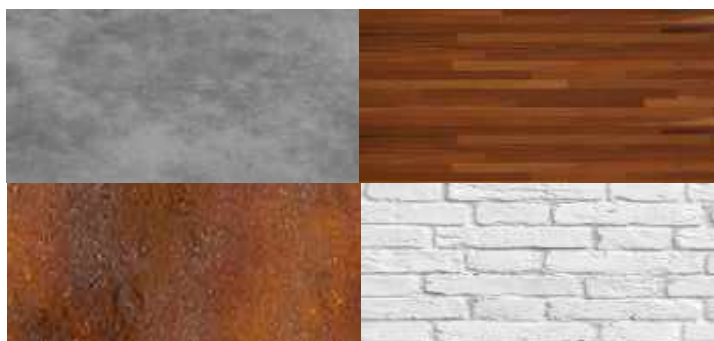
Conceito

Arquitetura como suporte para a inclusão social e transformação do indivíduo.

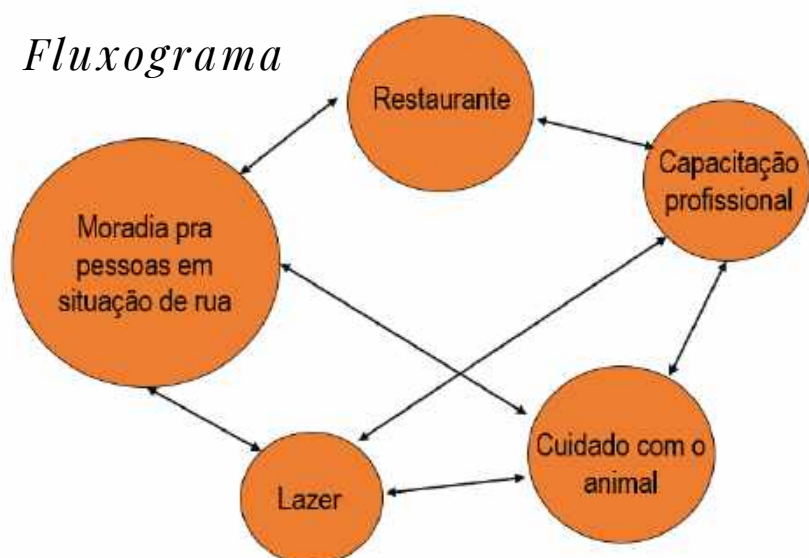
Partido

A utilização de materiais que caracterizam a dureza e o peso da vida deles, como, o aço córtén, tijolo e concreto na parte externa das edificações e na parte interna todo o calor, amor e compreensão que eles precisam, trazendo para caracterizar isso a utilização de cores claras, madeira e vidro.

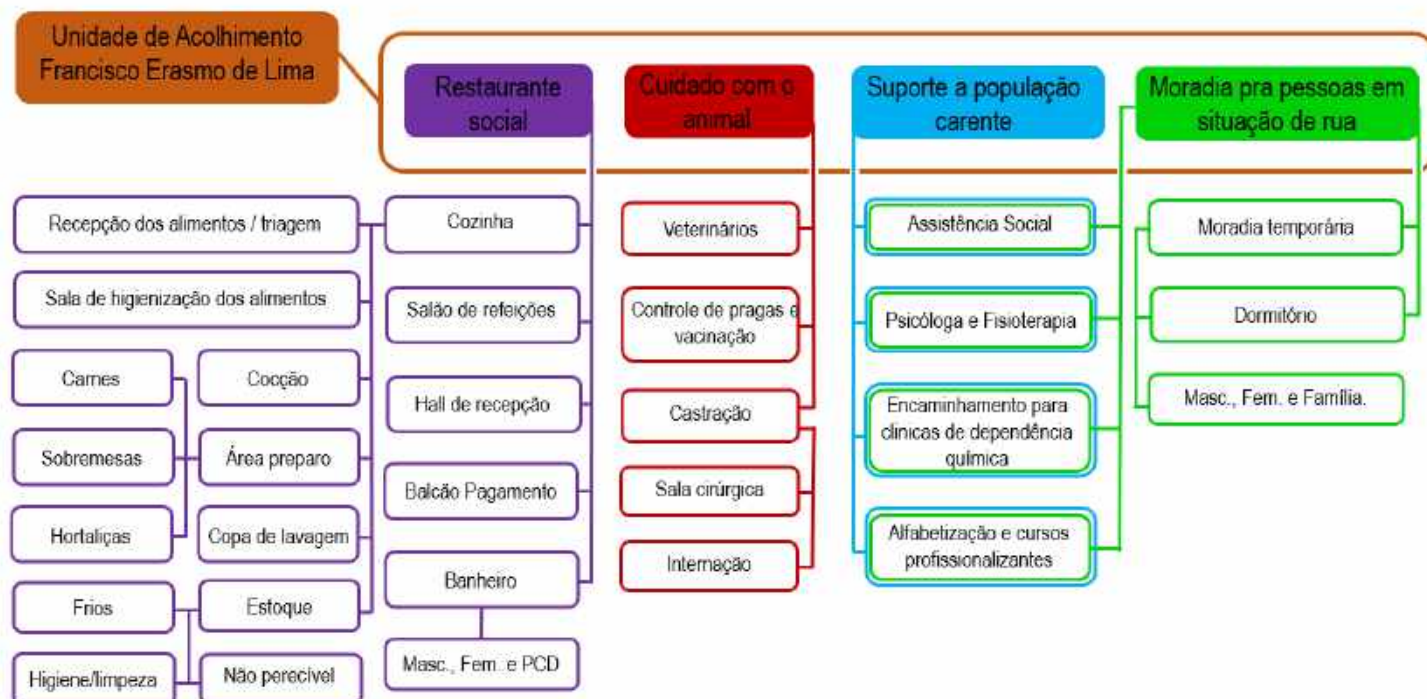
Materialidade



Fluxograma



ORGANOGRAMA



**Unidade de Acolhimento
Francisco Erasmo de Lima**

**Moradia pra pessoas em
situação de rua**

**Suporte a população
carente**

ASSISTÊNCIA SOCIAL (181m²)

Ambiente de atendimento para diversas áreas, profissionais trabalhando em baias e exercendo funções diferentes. Atendimento para assistência social, inscrição de aulas, encaminhamento pra clínicas de reabilitação e consulta psicológica (100m²).

Sala de gerência (21m²)

Copa (50m²)

Banheiros masculino/feminino (5m²)

CURSOS (677m²)

Sala de alfabetização para jovens e adultos, comportando 20 alunos por turno (75m²);

Salas para cursos de costura (humana e pet), artesanato, teatro, banho e tosa, funcionando por 3 turnos (527m² total).

Salas de informática e para 30 alunos por turno (85m²).

SAÚDE (151m²)

5 salas para consultas psicológicas direcionadas ao público adulto, contando com mesa, estante e assentos diferenciados, dando opções para que haja o melhor conforto possível (9m²);

2 salas para consultas psicológicas direcionadas ao público infantil, contando com mesa, estante, brinquedos, jogos e assentos diferenciados, dando opções para que haja o melhor conforto possível (9m²);

1 sala de fisioterapia (88m²)

LAZER (m²)

3 praças com (5000m²)

DORMITÓRIOS (454m²)

Dormitórios direcionados a pessoas em situação de rua, divididas em 2 grupos (feminino, masculino), divididos em alojamentos com 4 pessoas por cômodo.

6 dormitórios femininos e 13 dormitórios masculino, cada ambiente com (15.5m²);

2 dormitórios PCD com (21.5m²)

2 vestiários masculinos/femininos (115m²).

MORADIAS TEMPORÁRIAS (550m²)

Moradia temporária direcionada a pessoas em situação de rua, divididas em 3 grupos (feminino, masculino e família), divididos em ambientes para grupos de 4 pessoas, exceto o 'família' pois esses viverão sozinhos por ambiente. Cada ambiente composto de banheiro próprio.

4 moradias direcionadas ao público feminino e 7 masculinos com (26m²)

3 moradias direcionada a família com (30m²)

2 moradias PCD com (40m²)

**Unidade de Acolhimento
Francisco Erasmo de Lima**

Cuidado com o animal

CONTROLE DE PRAGAS E CANIL (115m²)

Direcionada para os animais das pessoas que irão morar nas unidades com 2 baias para higienização; mobiliário com estoque de materiais indispensáveis (13.5m²);

6 baias com função de canil para animais de pessoas que procuraram apenas o dormitório (13.5m²);

Área de soltura (60m²).

RECEPÇÃO/ESPERA (70m²)

CONSULTÓRIOS VETERINÁRIOS (48m²)

4 consultórios, cada um contando com uma mesa para consulta e coleta de dados; bancada com pia; área com mobiliário para estoque mínimo de materiais indispensáveis (12m²).

SALAS CIRÚRGICAS E EXAMES (101m²)

2 salas de castração de cães/gatos (15m²);

1 sala para cirurgias complexas (16m²);

1 sala para cirurgias simples (16m²);

3 salas de exames (13m²);

1 Laboratório de análise (15m²).

ESTOQUE (125m²)

Estoque para produtos de limpeza (15m²);
Estoque para produtos de higiene dos animais (15m²);

Estoque para materiais destinados ao uso veterinário (15m²);

Estoque para rações (55m²)

Estoque da loja (25m²);

Depósito de lixo (m²).

BANHO E TOSA (27m²)

3 salas, cada uma contendo visibilidade para o público; 2 áreas de banho; 2 mesas de tosa; mobiliário para estoque mínimo de materiais indispensáveis, com área com 6 baias de espera (9m²).

LOJA (50m²).

ÁREA DE FUNCIONÁRIOS (26m²)

Copa (12m²);

Vestiário feminino (7m²);

Vestiário masculino (7m²).

**Unidade de Acolhimento
Francisco Erasmo de Lima**

Restaurante social

SALÃO DE REFEIÇÕES (950m²)

Área de recepção (44m²);

Refeitório (870m²);

Banheiro feminino (15m²);

Banheiro masculino (15m²);

Banheiro PCD unissex (6m²).

COZINHA (214m²)

Recepção alimentos/tragem higienização dos alimentos (20m²);

Área preparo de sobremesas (12m²);

Área preparo de hortaliças (12m²);

Área pré-preparo de aves/peixes/carne (12m²);

Cocção (40m²);

Copa de lavagem (10m²);

Copa de lavagem de panelas (10m²);

Estoque materiais de higiene/limpeza (10m²);

Estoque de alimentos não perecíveis (25m²);

Estoque para frios (14m²);

Depósito de lixo (11m²);

Sala do nutricionista (10m²)

Sala Brasil (12m²).

ÁREA DE FUNCIONÁRIOS (85m²)

Área de descanso/ Copa (26m²);

Vestiário feminino (20m²);

Vestiário masculino (20m²).



TERRENO ESTUDO

Como é atualmente



Proposta





Bloco2 – Edificação com o objetivo de moradias temporárias e dormitórios.

Bloco1 - Edificação com destino direcionado aos cuidados dos animais, assistência social, cursos, administrativo e locação de depósitos.

Bloco3 - Restaurante Social.



- Bloqueio solar e visual.



- Acesso do público.



- Acesso carga e descarga.



- Praça (aberta 24hrs) de recepção para as pessoas que procuram moradia.



- Praça com área de soltura para cães e arborizada.



- Praça de recepção para o restaurante e bloco multiasistencial.



IMPLANTAÇÃO



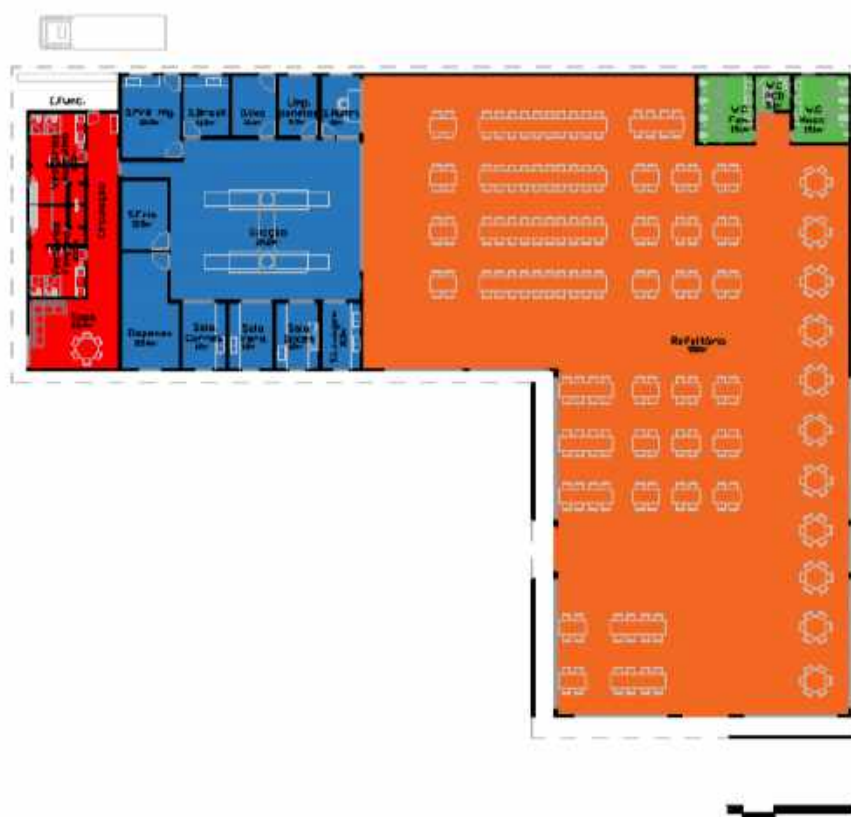




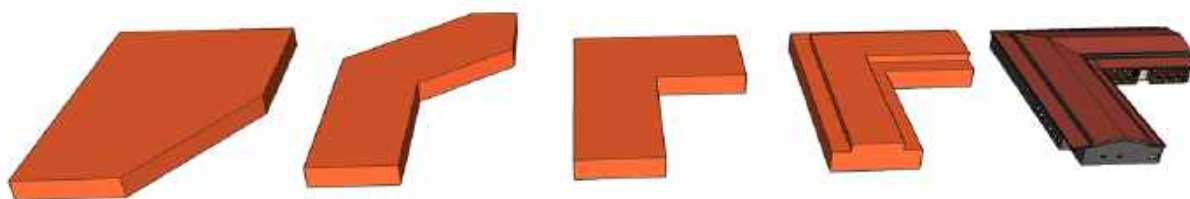
SETORIZAÇÃO
EVOLUÇÃO VOLUMÉTRICA
E VISTAS

SETORIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Bloco restaurante



Processo evolutivo



Vistas

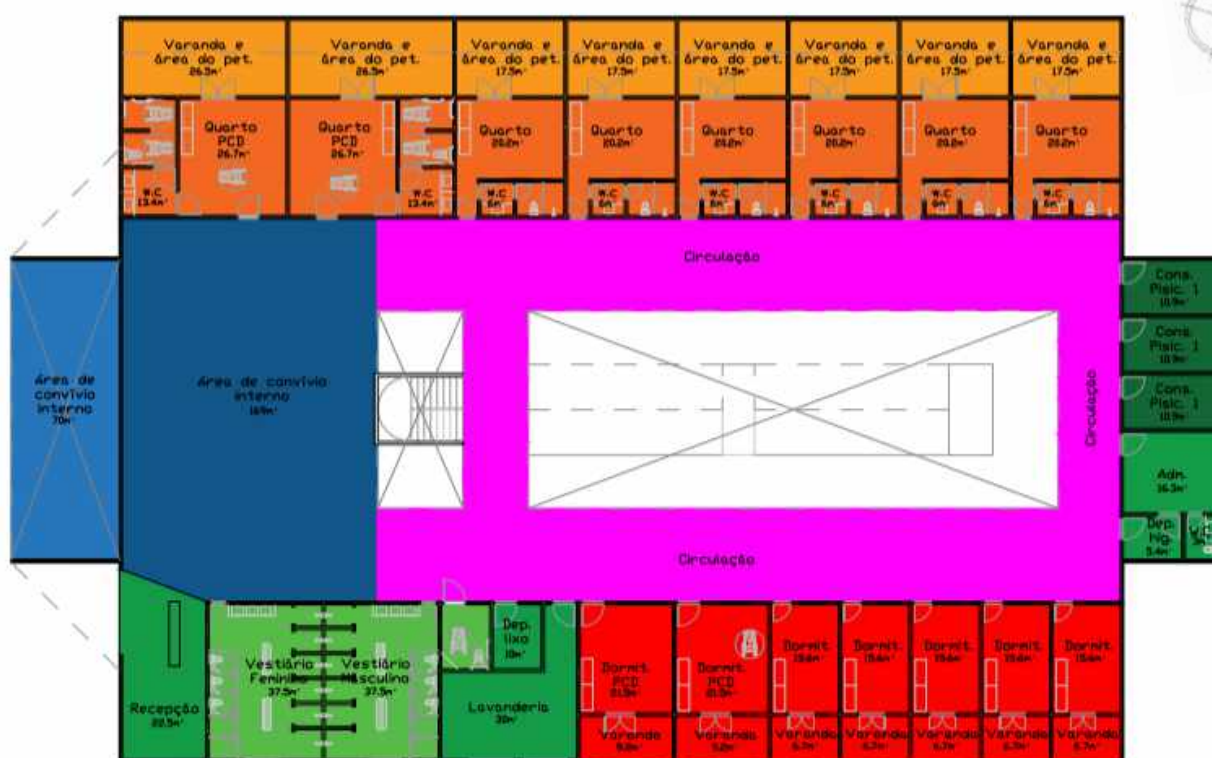


Perspectiva



SETORIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Bloco Moradia



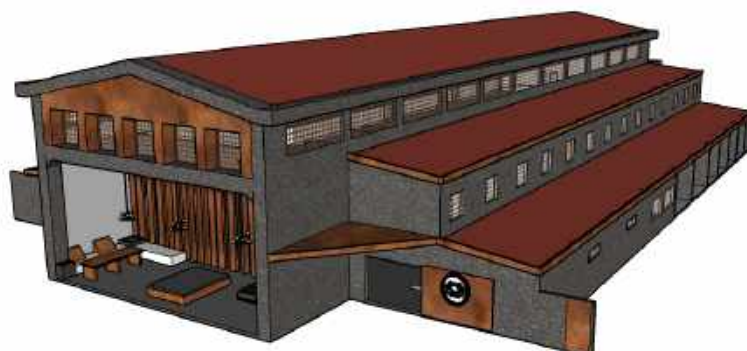
Primeiro pavimento

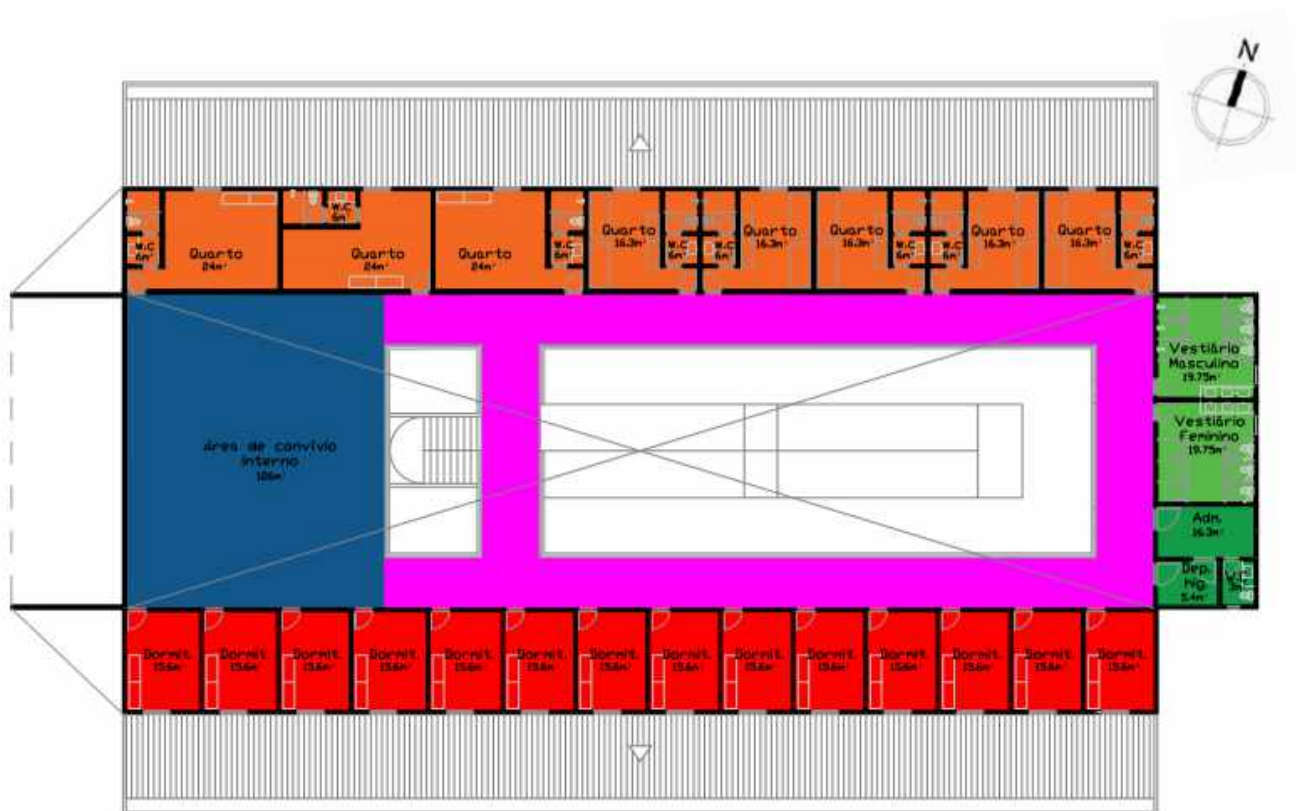


Processo evolutivo



Perspectiva





Segundo Pavimento



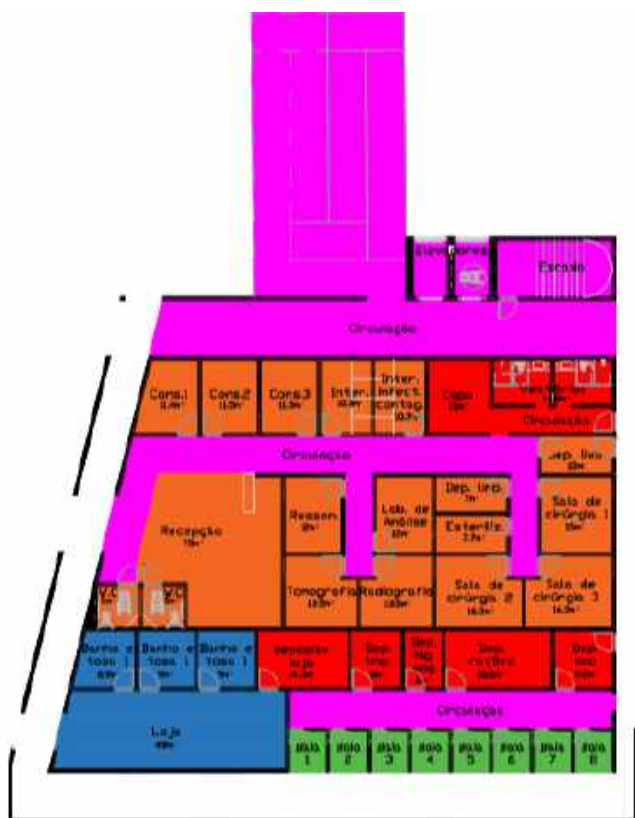
Vistas



SETORIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Bloco Multiassistencial

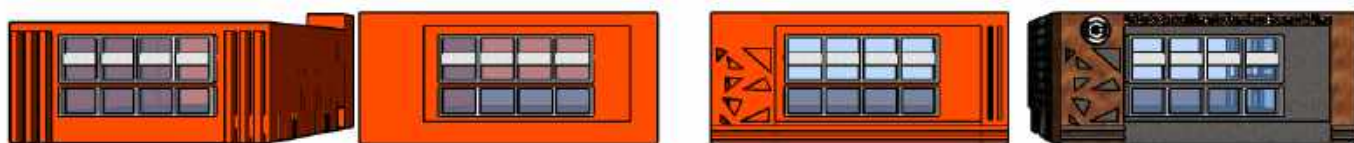
Primeiro pavimento



Segundo pavimento



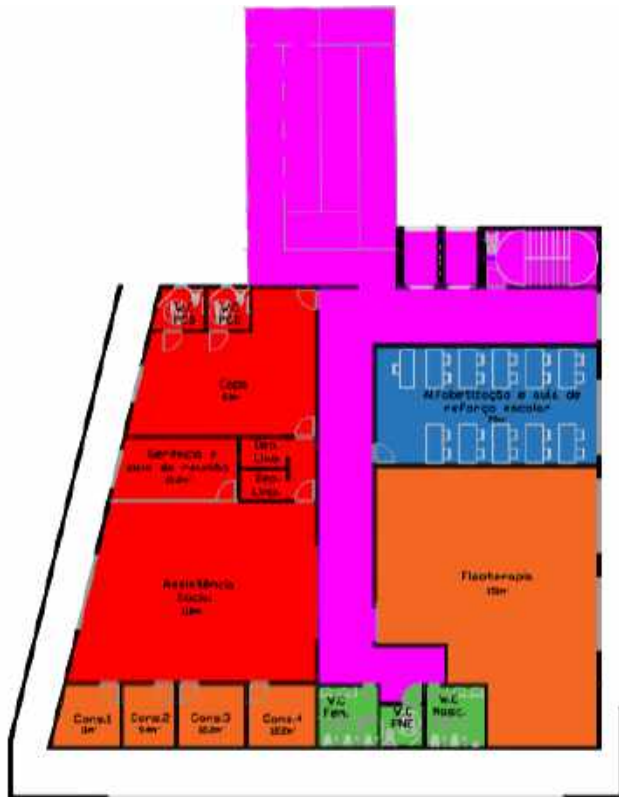
Processo evolutivo



Perspectiva



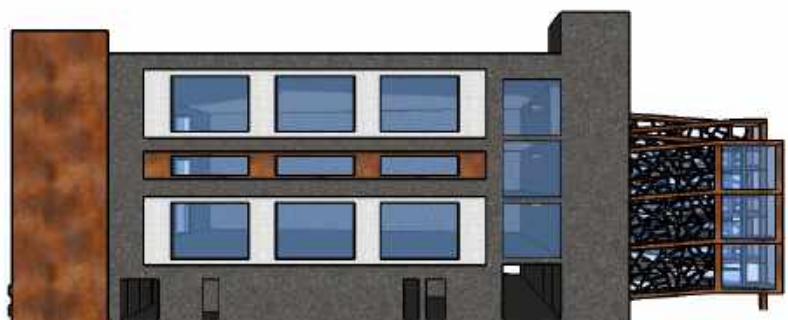
Primeiro pavimento



Segundo pavimento



Perspectiva





RENDERIZAÇÃO

Unidade de Acolhimento Francisco Erasmo de Lima





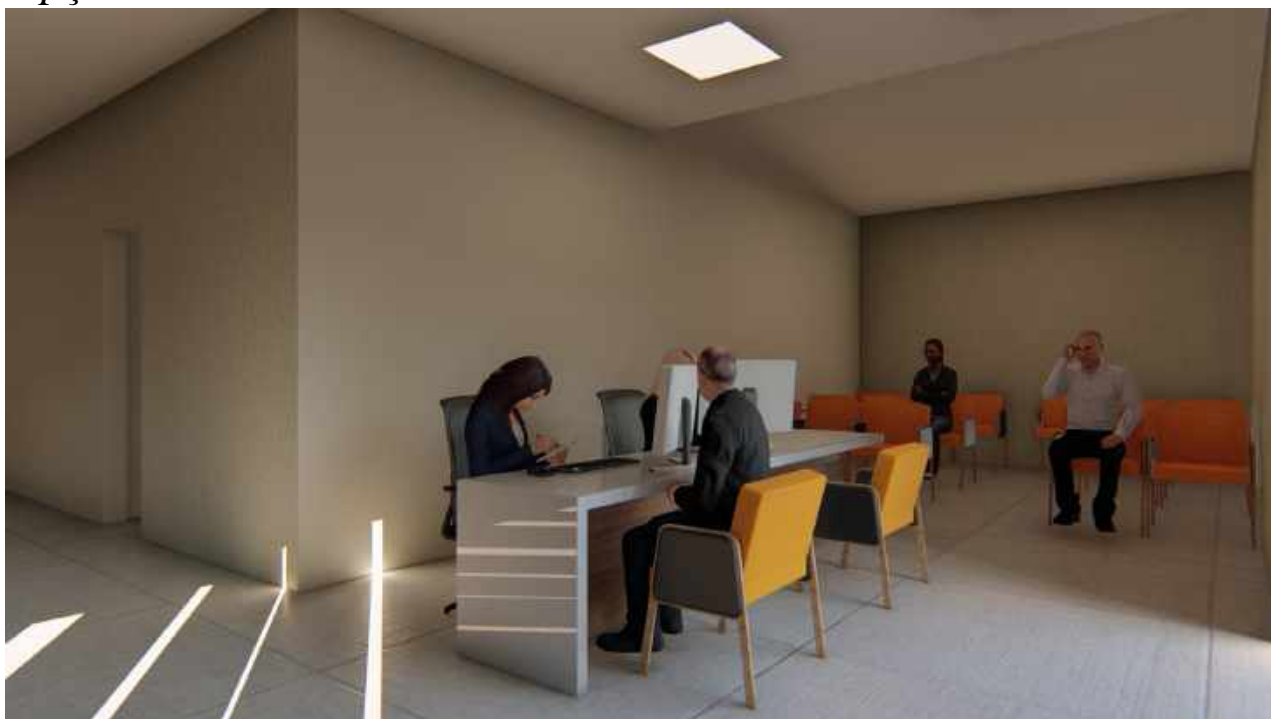




Parcão



Recepção Bloco Moradia





Área de permanência interna - 1º Pavimento



Área de permanência - 2º Pavimento





BIBLIOGRAFIA

Morador em situação de rua

ACIOLY, Letícia Lyra; BENAYON, Julia Silva; FERRAZ, Sonia Maria Taddei; MENDONÇA, Paula Ramos C.C; ROSADAS, Luiz Gustavo Campos. “Arquitetura da violência”. | 2015 |. Programa de pós-graduação da UFF. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264>

GONÇALVES, Juliano Costa; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma. “Sociologia dos desastres”. | 2009 |. Disponível em: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Pesquisa estima que o Brasil tem 101mil moradores de rua”. | 2017 |. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303

Prefeitura do Rio de Janeiro. “Levantamento da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro” | 2018 | Somos Todos Cariocas | PDF disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

MDH - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. “Ações políticas nacionais”. | 2019 |. Disponível em: www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/acoes-da-politica-nacional

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social. | 2017 |. Disponível em: www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf

SANTOS, Rafaela. “Prefeitura tenta tornar abrigos para mendigos mais atraentes e enche viadutos de pedras”. | 2011 | O Globo. Disponível em: www.oglobo.globo.com/rio/prefeitura-tenta-tornar-abrigos-para-mendigos-mais-atraentes-enche-viadutos-de-pedras-2743007

Transmitido no Jornal Nacional “Levantamento da prefeitura do Rio indica que cidade tem 4628 moradores de rua.”. | 2018 | O Globo. Disponível em: www.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/levantamento-da-prefeitura-do-rio-indica-que-cidade-tem-4628-moradores-de-rua.ghtml

Vídeo do vereador José Paulos Carvalho, o Russo (PT do B). | 2013 |. Disponível em: www.extra.globo.com/noticias/rio/mendigo-deveria-virar-racao-para-peixe-diz-vereador-de-pirai-ao-defender-projeto-que-proibe-voto-moradores-de-rua-10561076.html

Animal de estimação

AYRES, Nathalie. “Animais também podem ser terapeutas e ajudar no tratamento de doenças”. | 2016 |. Revista Minha Vida. Disponível em: www.minhavidade.com.br/bem-estar/galerias/16239-animais-tambem-podem-ser-terapeutas-e-ajudar-no-tratamento-de-doencas

CARVALHO, Mariana Pontes Pereira; KOIVISTO, Marion Burkhardt; PERRI, Sílvia Helena Venturolli; SAMPAIO, Tatiane Sampaio Moura Castro. “Estudo Retrospectivo da esterilização em cães e gatos no município de Araçatuba, São Paulo”. | 2007 |. Revista científica em extensão. Disponível em: ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/113

FONTE, D; PEREIRA, J.Mota “Animais de estimação aumentam os efeitos da farmacoterapia antidepressiva em pacientes com transtorno depressivo maior resistente ao tratamento”. | 2016 | National Library of Medicine National Institutes of Health EUA. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30025233

LIMA, Mariely; SOUSA, Eliana. “A influência positiva dos animais de ajuda social”. | 2004 |. Disponível em: patastherapeutas.org/wp-content/uploads/2015/02/A-influencia-positiva-de-c%E2%88%86es-de-ajuda-social.pdf

REVISTA GALILEU. “Ter um companheiro pet faz bem para sua saúde mental”. | 2018 |. Disponível em: www.revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/08/ter-um-companheiro-pet-faz-bem-para-sua-saude-mental.html

SCHUTZ, Claudiany Wagner. “Castração animal como incentivo ao controle populacional de cães e gatos”. | 2018 |. UNISUL. Disponível em: www.riuni.unisul.br/handle/12345/6229





Habitação ociosa BALBI, Thiago Machado. “A vida, a morte e aquilo que sobra: Os espaços residuais como elementos de uma ecologia comunicacional dos lugares da cidade”. | 2017 |. Disponível em: tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20691/2/Thiago%20Machado%20Balbi.pdf

BARRIENTOS, Maria Izabel Garrido Garcia. “Retrofit de Edificações: Estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais”. | 2004 |. Disponível em: pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1652/4/650378.pdf

BARRIENTOS, Maria Izabel Garrido Garcia; QUALHARINI, Eduardo Linhares. “Retrofit de construções: metodologia de avaliação”. | 2004 |. Disponível em: www.researchgate.net/publication/275652033_RETROFIT_DE_CONSTRUCOES_METODOLOGIA_DE_AVALIACAO

CHAHOU, Nahla; STEDILE, Orlando. “Arquitetura sem lugar: Espaços residuais”. | 2016 |. Disponível em: www.arquiteturascontemporaneas.wordpress.com/2016/05/25/arquitetura-sem-lugar-espacos-residuais/

CROITOR, Eduardo Pessoa Nocetti. “A gestão de projetos aplicada à reabilitação de edifícios: estudo da interface entre projeto e obra.”. | 2009 |. USP. Disponível em: www.pcc.usp.br/files/text/publications/BT_00529.pdf

HELENE, Diana. “A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo”. | 2009 |. USP. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-12082010-131844/pt-br.php

LEAL, Ubiratan. “Automação predial: conexões inteligentes”. | 2002 |. Revista Técnica. Disponível em: technet7.pini.com.br/engenharia-civil/60/artigo287234-2.aspx

SABADI, Sabrina. “Estudante mapeia prédios vazios no centro e sugere transformação em moradia popular”. | 2018 |. SUL21. Disponível em: www.sul21.com.br/cidades/2018/03/estudante-mapeia-predios-vazios-no-centro-e-sugere-transformacao-em-habitacao-popular/

SCHMIDT, Selma. “De 4.400 construções identificadas no Centro do Rio, 600 estão ociosas”. | 2017 |. O Globo. Disponível em: www.oglobo.globo.com/rio/de-4400-cons-trucoes-identificadas-no-centro-do-rio-600-estao-ociosas-21597065

Restaurante

CAMPOS, Silvana Terezinha; GOLÇALVES, Maetê Pedroso; SARTI, Flavia Mori. | 2011 |; Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil. Disponível em: www.each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/viewFile/5/7 USP

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. “Restaurante Popular” | 2018 |. Disponível em: www.prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=7759100

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social. | 2018 |. Disponível em: www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/alimentacao-e-acesso-a-agua/copy9_of_cisternas_2

MONTEIRO, Carlos Augusto. “A DIMENSÃO DA POBREZA, DA DESNUTRIÇÃO E DA FOME NO BRASIL” | 2003 |.SciELO. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142003000200002

MORAES, Paula Louredo. "Desnutrição" | 2019 |; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/saude-na-escola/desnutricao.htm>.



CRIMINALIZADOS

LUANA F.PINHO